



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



# **Relatório de Auditoria do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS**

**Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR**

**Relatório dos Auditores  
Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras Básicas.**

**Exercício de 2021**

Processo  
01857-0200/15-9

Página da  
peça  
1

Peça  
4208704

DOCUMENTO DE  
ACESSO PÚBLICO



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo - SJSPS

Escritório de Projetos – EP

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

## ÍNDICE

1	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	5
1.1	Opinião sem ressalva .....	5
1.2	Base para opinião .....	5
1.3	Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras .....	8
1.4	Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras .....	8
1.5	Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios .....	10
2	INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2021 .....	11
2.1	Descrição do Programa .....	11
2.2	Organização para Execução do Programa .....	13
2.3	Sistemas de Controle Gerenciais .....	15
2.4	Resumo das Principais Práticas Contábeis .....	19
2.5	Taxa de Câmbio .....	19



2.6 Fundos Disponíveis .....	20
2.7 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação de Recursos do BID .....	22
2.8 Recursos de Contrapartida Local .....	22
2.9 Desembolsos Efetuados .....	23
2.10 Aquisição de Bens e Serviços .....	23
2.11 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados .....	24
2.12 Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento .....	25
2.13 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o Registrado no Campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa .....	25
2.14 Contingências .....	25
2.15 Relatório sobre requisitos legais/ou regulatórios .....	25
2.16 Eventos Subsequentes .....	26
3 Anexos .....	27
ANEXO A – Demonstração dos Investimentos Acumulados e Demonstração do Fluxo de Caixa .....	27
ANEXO B – Notas Explicativas .....	28



## Índice de Quadros

Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS.....	12
Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa .....	14
Quadro 3 – Organização do EP.....	15
Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2021 .....	15
Quadro 5 – Disponibilidades - 31/12/2021.....	21



## 1 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo – SJSPS

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

### 1.1 Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo – SJSPS, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado Rio Grande do Sul, em atendimento ao disposto na Cláusula nº 5.03, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto em 31 de dezembro de 2021, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa nº 2.

### 1.2 Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Estado do Rio Grande do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em



inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Parágrafo(s) de ênfase(s) e outros assuntos:** Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

**Ênfase(s)**

- **Bases contábeis:** A Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.03 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para o BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

- **Contingências:**

- Não foi possível averiguar se o total de despesas aprovadas no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC correspondia ao contabilizado pelo BID, devido à diferença na data de atualização entre os dois demonstrativos fornecidos pela Secretaria. Os relatórios OPS1 e OPS10 possuem data de 29-10-2021, enquanto que os valores do DFC são datados de 31-12-



2021 (itens 2.6 c e 2.13 do presente Relatório).

- No DFC, os valores constantes nos campos *Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID e Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa* não correspondem às importâncias das justificativas nº 14 e nº 15, impossibilitando a constatação, por meio do Demonstrativo do Fluxo de Caixa, se as mesmas foram aprovadas pelo BID em sua totalidade. Também não há menção sobre a aprovação das mesmas nas Notas Explicativas (item 2.7 do presente Relatório).

- A Justificativa nº 16 foi enviada em 03-01-2022, não pertencendo, portanto, ao exercício financeiro de 2021. No entanto, informações e valores da Justificativa nº 16 constaram no Demonstrativo de Fluxo de Caixa e nas Notas Explicativas relativas ao exercício de 2021. (item 2.7 do presente Relatório).

- Verificaram-se valores pendentes de justificação referentes a ajustes de exercícios anteriores nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa, inclusive com valores negativos na coluna da contrapartida na Demonstração de Fluxo de Caixa, que não foram citados nas Notas Explicativas, tampouco constaram na relação enviada no Quadro de Desembolso (item 2.7 do presente Relatório).

- Há uma diferença entre o valor da contrapartida em dólares consignado nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, e aquele apresentado na Nota Explicativa nº 7 (item 2.8 do presente Relatório).

- O saldo disponível da contrapartida em 31-12-2021 no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em dólar encontra-se negativo em US\$ 713,14, enquanto que no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em reais não há saldo disponível de contrapartida. Não há Nota Explicativa para referida diferença (item 2.8 do presente Relatório).

- Foi verificada diferença entre os valores em reais e em dólares apresentados no Demonstrativo de Investimentos Acumulados, a qual, apesar de relevante, não constou em Nota Explicativa (item 2.11 do presente Relatório).



• A Secretaria forneceu os relatórios OPS1 e OPS10 com data de 29-10-2021 e sem a repartição por categoria de investimento, não sendo possível averiguar se os registros do programa estão de acordo com os registros do BID por categoria de investimento (item 2.12 do presente Relatório).

### **1.3 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota Explicativa nº 2, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das suas demonstrações financeiras do Programa.

### **1.4 Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro





de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com os Manuais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



### 1.5 Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

Porto Alegre, 24 de março de 2022.

TCE/RS - Equipe de Auditores

---

Adriana Flach Sampaio  
Auditora Pública Externa –TCE/RS  
Matr. 1.700075.0

---

Rafael Santos Castro  
Auditor Público Externo –TCE/RS  
Matr. 1.700576.0



## Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

### 2 INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2021

#### 2.1 Descrição do Programa

O Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS é um projeto que visa contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul, mediante abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções sob a coordenação de um Escritório de Projetos instituído junto ao Gabinete da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, destinado a (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e o ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da política no âmbito local; e (iii) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinado ao grupo etário com mais alto risco.

A contratação do empréstimo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.133, de 28 de novembro de 2012, na proporção de 89% do valor total do programa.

A operação foi autorizada pela União, mediante a Recomendação da Comissão de Financiamento Externos – COFIEIX, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 1.153, de 02/10/2009 em substituição à Recomendação nº 1.076, de 05/12/2008. O Registro da Operação Financeira no Banco Central ocorreu em 14/08/2010 sob o nº TA 5510049BDE–BACEN.



O Contrato foi assinado em 01/09/2014. O montante contratado foi estabelecido em US\$ 56.000.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) financiados pelo BID. A Cláusula 1.04 previa que o prazo original de desembolsos seria de 05 anos contados a partir da entrada em vigor do referido contrato. Por intermédio da Alteração Contratual nº 03 ficou acordada a prorrogação do prazo para desembolsos dos recursos do empréstimo até 31 de dezembro de 2021. Entretanto, no início de 2022 foi assinada a Alteração Contratual nº 04, a qual prorrogou novamente o prazo para desembolsos até 31 de agosto de 2022.

De acordo com o contrato, o projeto está estruturado em quatro componentes e respectivos subcomponentes e atividades:

Componente I – Prevenção social e situacional da violência

Componente II - Efetividade policial;

Componente III - Modernização do processo de ressocialização;

Componente IV- Gestão de Recursos Corporativos.

Com base na Alteração Contratual nº 04, publicada em 25 de fevereiro de 2022, a distribuição do custo das atividades do Programa, bem como das despesas administrativas, sofreu um remanejamento passando a ficar representada conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS**

Componente	Banco	Local	Total	%
1. Prevenção social e situacional da violência	18.692,8	3.228,3	21.921,1	39,14
2. Efetividade policial	3.771,4	611,2	4.382,6	7,83
3. Modernização do processo de ressocialização	23.573,4	996,2	24.569,7	43,87
4. Fortalecimento institucional	2.810,7	0	2.810,7	5,02
5. Administração, acompanhamento e avaliação do programa	1.151,5	1.164,2	2.315,7	4,14
<b>Totais</b>	<b>50.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>100</b>



## 2.2 Organização para Execução do Programa

O Órgão Executor do Programa (OE) é o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), hoje SJSPS - Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e da co-executora do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O instrumento jurídico utilizado para viabilizar o componente 2 foi o Termo de Cooperação Técnica nº 011/2014, assinado em 20/08/2014 e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 26/08/2014. O Estado, ainda, por meio da SJSPS, firmou convênios com organizações sociais que atuam nos municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão.

O OE atuará segundo um modelo de execução de três níveis complementares, ocorrendo por meio de unidades constituídas e mantidas apenas durante a vigência do programa, correspondendo:

i) nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), criado mediante Decreto Estadual, nº 52.010, de 17/11/2014, publicado no DOE em 18/11/2014, é a instância máxima de decisão, responsável pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela SJSPS, SSP, SGG e FASE. As principais funções do CCE são: (i) definir prioridades; (ii) aprovar o Plano Operacional Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA); e (iii) resolver aspectos controversos relacionados à execução do programa;

ii) nível gerencial/operacional, o Escritório de Projetos (EP), Decreto nº 52.010/2014, é o responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação do programa, composto por:

- I - Coordenação-Geral
- II- Coordenação Técnica e de Aquisições
- III - Coordenação Administrativo-Financeiro
- IV - Coordenação de Monitoramento e Avaliação
- VI - Comissão Especial de Licitações
- VI - Secretária Executiva



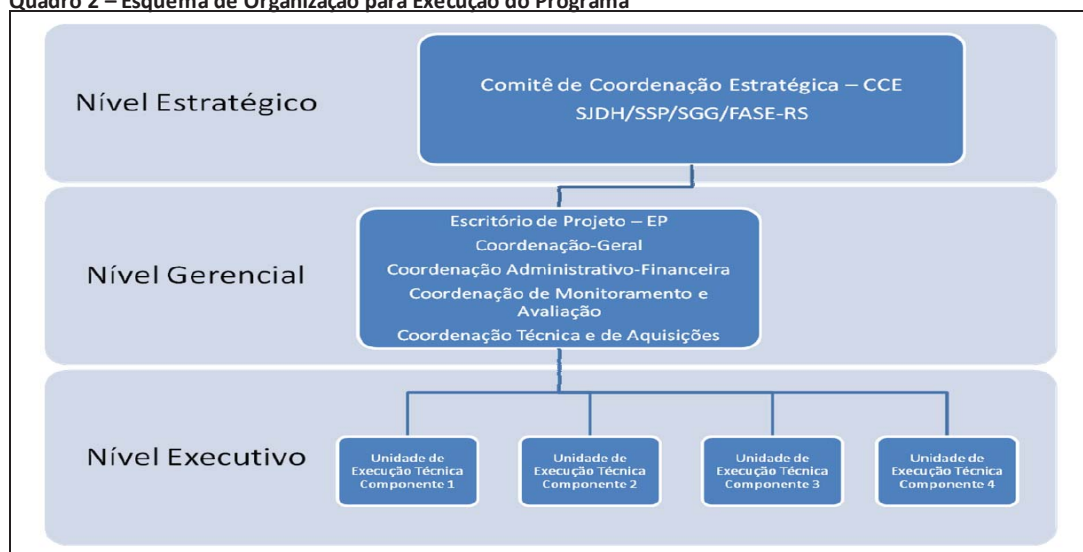
VII Assessoria Jurídica

iii) nível técnico/executivo: quatro Unidades de Execução (UET) responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro componentes do programa.

As referidas Unidades de Execução Técnica (UETs) estão instaladas na SJSPS (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3).

A seguir o esquema da organização do programa<sup>1</sup>:

**Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa**

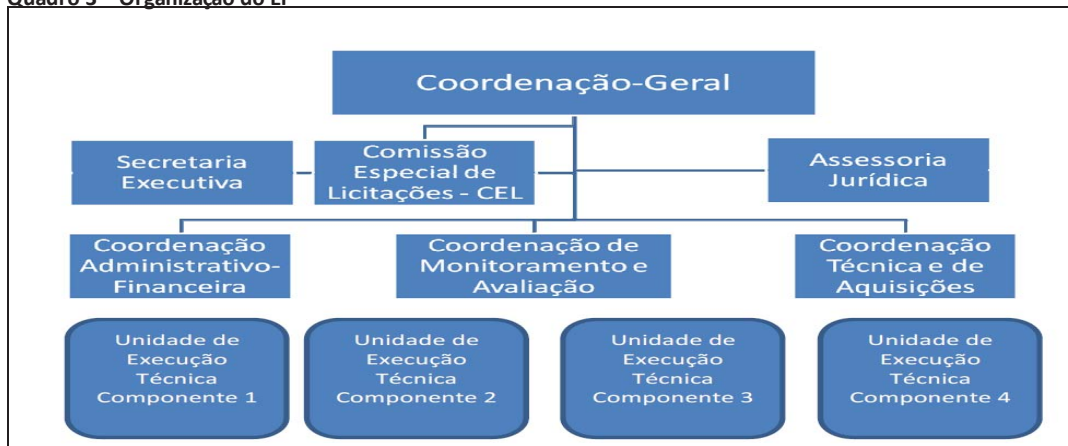


Fonte: Regulamento Operacional

<sup>1</sup> POD - Regulamento Operacional/ Organização para execução/I  
RCCE – Execução e administração do Programa de Oportunidades e Direitos BR L – 1343, item 3.1



Quadro 3 – Organização do EP



Fonte: Regulamento Operacional

A seguir a relação dos Coordenadores do Escritório de Projetos ao final do exercício de 2021:

Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2021

Cargo	Nome	Entrada	Portaria
Coordenadora-Geral	Gabriela Lorenzet	03/08/2021	019/2022
Coordenadora Administrativo-Financeiro	Carla de Jesus Calero	22/06/2021	042/2021
Coordenadora de Monitoramento e Avaliação	Júlica Reginatto	25/08/2015	57/2015
Coordenador Técnica e de Aquisições	Luís Fernando Espíndola Rodrigues	10/07/2019	39/2019
Comissão Especial de Licitações (Presidente)	Gabriela Lorenzet	15/12/2020	111/2020
Assessoria Jurídica	Samir Alves Merlo	20/07/2020	247/2020

Conforme evidenciado no Quadro 4, a partir de agosto de 2021 a presidente da Comissão de Licitações acumulou a função de Coordenadora Geral do Escritório de Projetos. Essa situação se configura como prejudicial ao funcionamento a nível gerencial do Programa, visto que fica comprometida a segregação de funções.

### 2.3 Sistemas de Controle Gerenciais

Na cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigo 8.01 das Normas Gerais do contrato, o mutuário deve manter (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo



e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Programa, proporcione confiabilidade sobre as informações financeiras, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos e permita o cumprimento das disposições previstas no contrato.

Até 31/12/2021, para cumprir os objetivos propostos, foi utilizado sistema de gestão financeira estadual – o Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. O Sistema atende parcialmente às necessidades do Banco. Não é possível a geração de relatórios automáticos, nos moldes que o Banco exige, havendo a necessidade de serem confeccionadas planilhas preenchidas manualmente pelo EP.

Destaca-se, no entanto, que o FPE é o sistema que abriga toda a movimentação contábil, orçamentária e financeira do Estado, caracterizando-se como um sistema confiável.

No FPE, a movimentação do projeto está vinculada ao recurso 0310, produto do financiamento, e recurso 6001, produto da contrapartida local.

O Escritório dispõe do Sistema Integrado de Administração de Projetos/Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Programa – SIGP/SAFF, fornecido pela empresa Softplan Planejamento e Sistemas, que gera relatórios e outras documentações como o Plano de Aquisições nos modelos que o BID solicita.

#### a) Fluxo Financeiro

O Estado abriu uma conta especial no Banco do Estado Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL no exterior para receber e internalizar os recursos. A conta está identificada pelo nº 22920-0042. Para conferir o saldo ou tirar extrato da conta corrente, o BANRISUL forneceu programa para disponibilizar acesso *online* ao EP.

De acordo com as regras vigentes na Administração Pública Estadual (Decreto Estadual nº 33.959/91), os recursos financeiros devem ser depositados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instrumento concebido para ser o Caixa Único do Estado.





Assim, os recursos financeiros que ingressaram por conta do empréstimo foram depositados na conta centralizadora do POD nº 03.355795.0-7, a qual é responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos. Outra conta que também acompanha os recursos financeiros é a de nº 03.355795.9-0, conta pagadora, ou seja, a responsável pelos registros dos pagamentos realizados.

Observa-se que os recursos não geram receitas financeiras. Os recursos antecipados pelo Banco não devem ser objeto de aplicação no mercado financeiro, destinando-se exclusivamente para atender às necessidades do projeto. No caso de depósito em conta especial e havendo geração de rendimentos financeiros, estes deverão ser aplicados à conta dos recursos de aporte local. Neste caso, como os recursos estão depositados no Caixa Único, foi firmado entendimento que esta situação não se aplicaria.

A administração dos recursos financeiros é feita diretamente pelo EP, tanto o pedido de dólares para a conta especial como a venda dos mesmos para a conta em reais. A saída, para fazer frente às despesas, é feita pela Secretaria da Fazenda, porém somente mediante autorização do EP.

O EP, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos e metas, atender às solicitações do BID, incluindo o fornecimento dos relatórios de acompanhamento e demais dados requeridos, bem como zelar pela aplicação adequada do dinheiro liberado.

#### b) Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

Para fins de controle da execução orçamentária e financeira, o EP utiliza o FPE, que permite a previsão dos recursos e a execução financeira. As informações do sistema, portanto, constituem-se em base de dados para elaboração dos Relatórios e Demonstrações Financeiras. Para garantir a confiabilidade das execuções, o EP emite um documento de autorização (ME) no qual identifica os códigos dos recursos, do projeto e do subprojeto (produto) para o lançamento no sistema. Este documento é indispensável para emissão das



solicitações de reserva orçamentária e dos empenhos, atendendo o fluxo da execução orçamentária do Estado, conforme descrito no item “a” deste tópico.

c) Sistema Integrado de Gestão de Projetos (SIGP)

O Escritório dispõe do Sistema Integrado de Administração de Projetos/Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Programa – SIGP/SAFF, fornecido pela empresa Softplan Planejamento e Sistemas, cofinanciados por organismos internacionais com objetivo de atender às necessidades da administração e informatização de órgãos e entidades que requerem financiamentos junto a organismos internacionais, como BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), entre outros.

O SAFF - Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Programas é uma base de dados central capaz de armazenar as informações de todos os projetos, permitindo o acesso descentralizado via Internet.

O “Módulo Financeiro e Contábil do SIGP” faz o controle e acompanhamento dos lançamentos contábeis do Programa, registrando todos os eventos de movimentação financeira, permitindo o controle do fundo rotativo, incluindo a elaboração de justificativas de gastos e pedidos de reposição de fundos.

O “Módulo Financeiro e Contábil do SIGP” possui acesso por senha individual, inclusive com nível de hierarquia de usuários.

O sistema de informações possui rotinas de cópias de segurança regulares (back-up diário e semanal) das informações em equipamento local e em servidor de arquivos utilizados para o Programa.

Durante o exercício de 2018, a Administração do Programa juntamente com a empresa conseguiu fazer grande parte dos ajustes solicitados pela Administração do Programa, tornando possível a geração de relatórios de acompanhamento financeiro. O sistema foi se adequando ao programa, sendo que a partir de 2018 tornou-se possível



efetuar os registros das operações e extrair os relatórios de acompanhamento, bem como as demonstrações financeiras.

## 2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas seguem às normas estabelecidas pelo BID em suas políticas, ou seja, que as demonstrações financeiras básicas sejam elaboradas de acordo com o critério contábil “regime de caixa”, registrando os ingressos de recursos quando efetivamente recebidos e reconhecendo os gastos pelos efetivos pagamentos. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público - NICSP, em que as transações devem ser registradas à medida que incorrem pelo regime de competência.

No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “International Public Sector Accounting Standards – IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

As transações seguem as regras do contrato e são viabilizadas via Sistema FPE.

## 2.5 Taxa de Câmbio

A cláusula 3.04 das disposições especiais e artigo 4.09 (a), (i) das normas gerais do contrato de empréstimo estabelecem o seguinte em relação à taxa de câmbio a ser utilizada na execução do contrato:

Artigo 4.09. Taxa de Câmbio. (a) para estabelecer a equivalência em dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas disposições especiais deste contrato:

(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em dólares à moeda do país do mutuário. Neste caso, para fins de desembolso de gastos a débito do empréstimo e do reconhecimento de



gastos a débito do aporte local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco, ou

(ii) ...

## 2.6 Fundos Disponíveis

### a) Fluxo de Caixa

A conta para a internalização do empréstimo foi aberta, por determinação contratual, sob o nome e nº POD nº 22.920-0042 no BANRISUL de Miami Branch.

No exercício de 2021 não foi recebido recurso do BID uma vez que o total do empréstimo contraído, de R\$ 169.414.404,14 ou US\$ 50.000.000,00, foi integralmente repassado até 31-12-2019.

Segue, abaixo, planilha com os valores internalizados:

Data	Valor em US\$	Taxa de Câmbio	Valor em R\$
22/12/2014	9.430.000,00	2,6515	25.003.645,00
14/12/2017	27.712.731,00	3,332	92.338.819,69
26/12/2019	12.857.269,00	4,05	52.071.939,45

A cada internalização, o SIAC passa a ser a responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos diários. A aplicação no SIAC não gera rendimentos para o projeto.

A Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC apresentou, em 31/12/2021, disponibilidade de R\$ 45.515.947,95 ou US\$ 10.250.851,28.

Em 31/12/2021, o montante disponível na conta corrente (saldos no SIAC a autorizar) era de R\$ 41.515.947,95.



O montante desembolsado com recursos do BID foi R\$ 43.375.389,24 (quadro 5) ou US\$ 10.250.851,28 (DFC, Anexo A).

**Quadro 5 – Disponibilidades - 31/12/2021**

Descrição	Em R\$
Saldo Bancário em 31/12/2020	84.891.337,19
Receitas em 2021	0,00
Internalização	0,00
Despesas de 2021	43.375.389,24
Desembolsos efetuados durante o período	43.375.389,24
Saldo bancário em 31/12/2021	41.515.947,95

Obs.: conforme cláusula contratual, aplicações não geram rendimentos para o programa.

**b) Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado – SIAC**

O acompanhamento financeiro é efetuado em conta bancária aberta no Banrisul, na Agência Central, código 0100, especialmente para esse fim. A conta composta em centralizadora e pagamentos faz parte do SIAC, criada pelo Decreto Estadual nº 33.959/91.

Sendo assim, a movimentação financeira pode ser verificada mediante consulta ao sistema FPE, lançamentos das subcontas referidas.

**c) Conforme WLM-S**

Não foi possível averiguar se o total de despesas aprovadas no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC, no valor de US\$ 39.749.148,72 até 31/12/2021, correspondia ao contabilizado pelo BID, devido à diferença na data de atualização entre os dois demonstrativos fornecidos pela Secretaria.

A Secretaria forneceu os relatórios OPS1 e OPS10 com data de 29-10-2021, enquanto que os valores do DFC (Anexo A) são datados de 31-12-2021, sendo tal fato ponto de contingência.



## 2.7 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação de Recursos do BID

No exercício de 2021 foram solicitadas duas justificativas:

- nº 14 em 20-05-2021: Recursos do BID US\$ 2.520.157,28, Contrapartida US\$ 153.171,07;

- nº 15 em 03-09-2021: Recursos BID US\$ 2.678.978,95, Contrapartida US\$ 199.192,65;

Não foi fornecida em tempo hábil a comprovação da aprovação pelo BID das justificativas nº 14 e nº 15. No DFC (Anexo A), os valores constantes nos campos *Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID e Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa* não correspondem às importâncias das referidas justificativas, impossibilitando a constatação, por meio do Demonstrativo do Fluxo de Caixa, se as mesmas foram aprovadas pelo BID, gerando, portanto, ponto de contingência.

Conforme Nota Explicativa nº 4 (Anexo B):

*Em 03 de janeiro de 2022, foi encaminhado ao Banco a justificativa 16, que já foi aprovada, contendo todos os pagamentos realizados até 31.12.2021.*

A Justificativa nº 16 foi enviada em 03-01-2022, não pertencendo, portanto, ao exercício financeiro de 2021. No entanto, informações e valores da Justificativa nº 16 constaram no Demonstrativo o Fluxo de Caixa e nas Notas Explicativas relativas ao exercício de 2021, sendo tal situação objeto de ponto de contingência.

Ressalta-se que havia valores pendentes de justificação referentes a ajustes de exercícios anteriores nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa, inclusive com valores negativos, que não foram citados nas Notas Explicativas, tampouco constaram na relação enviada no Quadro de Desembolso, sendo esse fato ponto de contingência.

## 2.8 Recursos de Contrapartida Local



O Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de contribuir com o montante de US\$ 6.000.000,00, a título de contrapartida local.

Como se verifica nos Demonstrativos de Investimentos Acumulados e nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa (Anexo A) o Estado investiu R\$ 21.382.140,72 ou US\$ 4.790.792,85 até 31/12/2021.

Contudo, na Nota Explicativa nº 7 – Fundo de Contrapartida Nacional (Anexo B) constam como aplicados pelo Estado os valores de US\$ 4.153.428,39 ou R\$ 17.964.799,50.

Assim, há uma divergência entre os valores da contrapartida em dólares e em reais constante nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados e aquele apresentado na Nota Explicativa nº 7, sendo essa situação ponto de contingência.

Outra situação que cabe destaque é a divergência entre o saldo disponível de contrapartida em dólares e em reais constante nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa (Anexo A) em 31-12-2021.

Nos DFCs, o saldo disponível de contrapartida em dólares está negativado em US\$ 713,14 e não há saldo disponível em reais. Esta situação, apesar de relevante, não constou em Nota Explicativa, sendo, portanto, objeto de ponto de contingência.

## 2.9 Desembolsos Efetuados

No exercício de 2021 não foi recebido recurso do BID uma vez que o total do empréstimo contraído, de R\$ 169.414.404,14 ou US\$ 50.000.000,00, foi integralmente repassado até 31-12-2019.

Foram solicitadas duas justificativas em 2021, nº 14 e nº 15, sem comprovação de sua aprovação pelo BID, conforme item 2.7.

## 2.10 Aquisição de Bens e Serviços



No período objeto dessa auditoria, foram realizadas despesas com aquisição e contratação de bens e serviços, descritos por componente, conforme consta no Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Demonstrativo de Investimentos Acumulados (Anexo A).

O Escritório de Projetos elaborou fluxos para as diversas ações. No período terminado em 31/12/2021, os pagamentos totalizaram R\$ 43.375.389,24 ou US\$ 12.456.177,06, com recursos do BID. Os valores aplicados de contrapartida local totalizaram R\$ 3.417.341,22, equivalentes a US\$ 631.454,37.

A Auditada forneceu arquivo com a Demonstração de Execução Orçamentária Detalhada, onde são listadas todas as aquisições do exercício de 2021, contendo número do contrato, número do empenho, entre outras informações.

A Nota Explicativa nº 9 Aquisição de Bens e Serviços informou que o Plano de Aquisições vigente é o de nº 15, e que todas as aquisições seguiram as normativas do banco e a legislação local:

*Todas as aquisições de bens, serviços, consultorias e obras contratados pelo Escritório de Projetos, por força do Contrato de Empréstimo 3241/OC/BR seguiram as normativas GN-2349 e GN-2350, bem como legislação local (Lei 8.666/93), quando previsto.*

...

*Todos os bens adquiridos no âmbito do Programa de Oportunidades e Direitos estão devidamente inventariados e integram o patrimônio do Estado com registro de numeração e nos devidos locais para uso.*

## **2.11 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados**

Foi verificada diferença entre os valores em reais e em dólares apresentados no Demonstrativo de Investimentos Acumulados, a qual, apesar de relevante, não constou em Nota Explicativa, sendo tal fato ponto de contingência.





### **2.12 Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento**

A Secretaria forneceu os relatórios OPS1 e OPS10, com data de 29-10-2021, e sem a repartição por categoria de investimento.

Assim, não foi possível averiguar se os registros do programa estão de acordo com os registros do BID por categoria de investimento, sendo tal fato ponto de contingência.

### **2.13 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o Registrado no Campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa**

A Secretaria forneceu os relatórios OPS1 e OPS10 com data de 29-10-2021, impossibilitando a conciliação com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, uma vez que este possui a data de 31-12-2021, sendo tal fato ponto de contingência.

### **2.14 Contingências**

Em 31 de dezembro de 2021, segundo as informações obtidas durante os procedimentos de auditoria não havia questionamentos ou riscos envolvendo o POD/RS relativamente a demandas judiciais de natureza trabalhista, cível ou fiscal que necessitassem ser reconhecidos nos demonstrativos financeiros.

### **2.15 Relatório sobre requisitos legais/ou regulatórios**

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.



## 2.16 Eventos Subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes de natureza financeira que pudessem impactar as demonstrações dos fluxos de caixa e de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, 24 de março de 2022.

---

Adriana Flach Sampaio  
Auditora Pública Externa –TCE/RS  
Matr. 1.700075.0

---

Rafael Santos Castro  
Auditor Público Externo –TCE/RS  
Matr. 1.700576.0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



Processo  
01857-0200/15-9

3 Anexos

ANEXO A – Demonstração dos Investimentos Acumulados e  
Demonstração do Fluxo de Caixa

Página da  
peça  
27

Peça  
4208704

DOCUMENTO DE  
ACESSO PÚBLICO

Demonstração Investimentos Acumulados  
Período Referência: 2º Semestre 2021

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado até Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Prevenção social e situacional de violência	21.351.123,00	18.892.807,00	2.228.315,00	15.644.978,21	1.381.538,12	17.126.506,33	2.126.658,61	638.586,15	2.765.244,68	2.016.508,31	10.764.982,34	2.126.518,61	918.922,00	1.208.206,61	0,00
02 - Estabilidade política	4.383.687,00	3.774.425,00	611.242,00	1.431.404,26	611.207,31	2.042.611,57	100.564,30	34,55	100.598,85	100.510,08	3.521.568,31	611.241,54	4.332.530,16	100.510,08	0,00
03 - Modernização do processo de reabilitação	24.863.713,00	23.871.403,00	996.240,00	6.787.215,42	691.906,16	7.748.141,58	2.636.500,10	4.791,36	2.631.240,91	16.361.744,51	996.239,82	17.361.984,03	7.207.718,23	7.207.718,23	0,00
04 - Fortalecimento institucional	2.815.758,00	2.815.758,00	0,00	775.761,30	0,00	775.761,30	775.761,30	0,00	775.761,30	0,00	1.061.702,27	1.061.702,27	1.718.862,40	1.718.862,40	0,00
05 - Gestão do Programa - Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.378.758,00	1.181.388,00	1.164.203,00	654.592,12	1.173.005,10	1.827.597,22	230.081,37	-8.893,71	221.187,66	894.871,39	1.164.203,48	2.058.877,37	236.881,11	236.881,11	-4,00
Totais	56.305.000,00	50.000.000,00	6.000.000,00	27.292.971,66	4.156.338,48	31.452.310,14	12.496.177,00	631.454,37	11.887.631,43	38.746.146,72	4.790.762,85	44.535.941,57	11.460.056,43	10.250.051,20	1.208.207,15
Porcentagens	100,00	89,29	10,71	86,79	13,22	100,00	95,09	4,92	100,00	89,24	10,76	100,00	100,00	89,40	10,60

Demonstração Investimentos Acumulados  
Período Referência: 2º Semestre 2021

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado até Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Prevenção social e situacional de violência	12.371.898,40	104.503.983,79	10.613.674,87	49.303.330,49	6.757.043,64	55.960.374,12	7.136.765,40	3.417.341,22	10.554.106,62	96.442.093,97	9.174.584,86	65.616.489,83	96.311.107,42	47.861.807,81	4.839.296,61
02 - Estabilidade política	21.434.542,50	21.544.174,30	3.410.969,24	10.186.436,46	2.839.598,20	12.926.034,66	569.480,72	0,00	569.480,72	10.786.899,16	2.839.598,20	13.392.247,40	11.089.598,16	10.288.276,16	771.321,00
03 - Modernização do processo de reabilitação	137.596.480,17	131.597.596,16	5.596.919,00	207.718.826,40	4.305.326,96	212.024.153,36	20.773.073,00	0,00	20.773.073,00	34.462.896,40	4.305.326,96	38.768.223,36	18.284.247,41	17.544.696,70	1.253.580,00
04 - Fortalecimento institucional	15.683.703,00	15.683.703,00	0,00	2.335.538,73	0,00	2.335.538,73	1.066.981,12	0,00	1.066.981,12	2.402.519,85	0,00	2.402.519,85	12.281.164,08	12.281.164,08	0,00
05 - Gestão do Programa - Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	12.521.898,00	6.425.561,74	6.496.136,26	1.977.912,89	5.263.568,68	7.241.481,57	627.128,97	-827.128,97	0,00	827.128,97	5.263.568,68	5.086.110,81	4.853.587,30	3.620.519,08	1.233.068,22
Totais	212.471.400,00	216.955.000,00	33.476.400,00	84.821.068,63	17.366.939,30	102.188.007,93	42.375.380,34	3.417.341,22	45.792.721,56	127.867.496,10	21.382.140,72	149.289.596,81	181.181.803,50	151.096.543,81	12.097.259,30
Porcentagens	100,00	89,29	10,71	82,47	17,53	100,00	92,70	7,30	100,00	89,08	10,92	100,00	100,00	82,98	17,02

Demonstração de Fluxo de Caixa  
Período Referência: 2º Semestre 2021  
Taxa de câmbio: R\$ 5,57990

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2021			PERÍODO TERMINADO EM 2020		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	50.000.000,00	4.156.625,08	54.156.625,08	50.000.000,00	3.414.128,21	53.414.128,21
Durante o período - Sub total		631.454,37	631.454,37		744.496,87	744.496,87
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagamento diretos - BID)		2.175.060,87	2.175.060,87		1.543.606,50	1.543.606,50
Ajuste exerc. anteriores		-1.543.606,50	-1.543.606,50		-799.109,63	-799.109,63
Rendimentos de aplicação financeira						
Ajuste exerc. anteriores						
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	50.000.000,00	4.790.079,45	54.790.079,45	50.000.000,00	4.156.625,08	54.156.625,08
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	27.292.971,66	4.156.338,48	31.452.310,14	21.565.190,20	3.414.841,61	25.010.031,81
Durante o período - Sub total	12.456.177,00	631.454,37	13.087.631,37	5.697.781,48	744.496,87	6.442.278,35
Solicitação/justificativa de desembolso apresentada ao BID	10.772.777,75	1.890.060,13	12.662.837,88			
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	7.257.040,63	265.000,74	7.522.041,37	5.573.041,52	1.543.606,50	7.117.248,02
Ajuste exerc. anteriores	-5.573.041,52	-1.543.606,50	-7.117.248,02	124.139,64	-799.109,63	-674.969,99
Outros (detalhar)						
Total Desembolsos	30.749.148,72	4.790.792,85	35.539.941,57	27.292.971,66	4.156.338,48	31.452.310,14
SALDO DISPONÍVEL	10.250.851,28	-713,40	10.250.137,88	22.707.028,34	-713,40	22.706.314,94



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



Demonstração de Fluxo de Caixa  
Período Referência: 2º Semestre 2021

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2021			PERÍODO TERMINADO EM 2020		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>						
Acumulado no início do período	169.414.404,14	17.964.799,50	187.379.203,64	169.414.404,14	13.164.557,58	182.578.961,72
Durante o período - Sub total		3.417.341,22	3.417.341,22		4.800.241,92	4.800.241,92
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagamento diretos - BID)		11.438.074,91	11.438.074,91		8.020.733,69	8.020.733,69
		-8.020.733,69	-8.020.733,69		-3.220.491,77	-3.220.491,77
Rendimentos de aplicação financeira						
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	169.414.404,14	21.382.140,72	190.796.544,86	169.414.404,14	17.964.799,50	187.379.203,64
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>						
Acumulado no início do período	84.523.066,95	17.964.799,50	102.487.866,45	65.538.058,58	13.164.557,58	78.702.616,16
Durante o período - Sub total	43.375.389,24	3.417.341,22	46.792.730,46	18.985.008,37	4.800.241,92	23.785.250,29
Solicitação/justificativa de desembolso apresentada ao BID	35.894.895,64	9.947.799,19	45.742.694,83			
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	28.051.887,70	1.560.275,72	27.542.143,42	18.571.374,10	8.020.733,69	26.592.107,79
	-18.571.374,10	-8.020.733,69	-26.592.107,79	413.634,27	-3.220.491,77	-2.806.857,50
Outros (detalhar)						
Total Desembolsado	127.898.456,19	21.382.140,72	149.280.596,91	84.523.066,95	17.964.799,50	102.487.866,45
SALDO DISPONÍVEL	41.515.947,95		41.515.947,95	84.891.337,19		84.891.337,19

ANEXO B – Notas Explicativas

<..\Respostas Requisições\Requisição 1\resposta 1 requisição 1\Notas explicativas.pdf>

Processo  
01857-0200/15-9

Página da  
peça  
28

Peça  
4208704

DOCUMENTO DE  
ACESSO PÚBLICO